



**KAREN EFIGÊNIA DA SILVA**

**A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO EM REELEIÇÃO  
PRESIDENCIAL E A SELEÇÃO ADVERSA: UM ESTUDO DE  
CASO PARA O BRASIL**

**LAVRAS - MG**

**2017**

**KAREN EFIGÊNIA DA SILVA**

**A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO EM REELEIÇÃO  
PRESIDENCIAL E A SELEÇÃO ADVERSA: UM ESTUDO DE  
CASO PARA O BRASIL**

Projeto de monografia apresentado à Universidade Federal de Lavras como parte das exigências do curso de graduação de Administração Pública, na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II.

**Orientador**

**Professor Renato Silvério Campos**

**LAVRAS – MG**

**2017**

### **Agradecimento**

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

Aos meus pais Luiz Fernando, Elizete Claudiano e minha irmã Aline Fernanda, pelo amor, incentivo e apoio incondicional.

Aos colegas de curso em especial Caio Ferreira, Camila Saturnino e Paulo Henrique Luchesi, amigos da faculdade, minha República Carpe Diem, meus amigos Três Corações Pedro Nabak e mais que divas, e todos que de alguma forma se fizeram presentes durante minha graduação.

Ao professor Renato Campos, pela orientação, apoio e confiança. Minha professora Orientadora de IC Silvia Helena Rigatto e também aos Mestres e Doutores que contribuíram com minha formação acadêmica.

A minha menina dos olhos, Empresa Júnior de Consultoria Agropecuária – Terra Júnior que tanto me ensinou e me ajudou a ser uma profissional melhor, e aos amigos que me acompanharam durante essa trajetória na Empresa, Marcelo, Gabriel, Ana Luísa, Eduardo, Tales, Ruan, Maria Victoria, Marco Thulio, Nadya, Álvaro e Vitor Bolis.

A Universidade Federal de Lavras, pela oportunidade de fazer o curso, e os excelentes momentos proporcionados.

## Resumo

O interesse por política nos últimos anos tem crescido entre a população brasileira, e com o interesse cresce também as críticas e argumentos que, nem sempre, se seguem de uma referência teórica e empírica do tema. Somando a crise política dos últimos anos e a grande insatisfação da população com o governo, justifica-se a investigação da possibilidade de presença da Assimetria de Informação e conseqüentemente, seleção adversa, nos casos de reeleição no Brasil. Esse estudo, portanto, investiga se há assimetria no sistema de reeleição do Brasil, o que poderia evidenciar uma falha no sistema político brasileiro. O trabalho aborda os planos de governo dos três Presidentes reeleitos no país em 1998, 2006 e em 2014, respectivamente, Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luís Inácio Lula da Silva (Lula) e Dilma Vana Rousseff. A Análise é feita por meio de modelos autorregressivos, com dummies, considerando dados dos principais objetivos e instrumentos de política econômica: desemprego, inflação crescimento (PIB), juros, dívida pública e câmbio. Por meio desses dados foi investigado se houve assimetria de informações e, por conseqüência seleção adversa, entre os candidatos à reeleição e os eleitores nas eleições brasileiras. Os resultados encontrados sugerem ter havido seleção adversa nas reeleições de FHC e Dilma, e não presença de assimetria na reeleição do presidente Lula.

**Palavras chaves:** Assimetria de informação; Plano de Governo; Reeleição.

## SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO .....	6
2.	REFERENCIAL TEÓRICO .....	8
2.1	ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO.....	8
2.2	SISTEMA ELEITORAL.....	9
2.3	O QUE LEVA UM GOVERNANTE À REELEIÇÃO?.....	11
3.	METODOLOGIA DE PESQUISA.....	13
3.1	MODELOS AUTORREGRESSIVOS.....	14
4.	RESULTADOS.....	16
4.1	OS PLANOS DE GOVERNO PARA REELEIÇÃO: UMA ANÁLISE DESCRITIVA .....	16
4.1.1	PLANO DE GOVERNO DO FHC DE 1998: REELEIÇÃO.....	16
4.1.2	PLANO DE GOVERNO DO LULA DE 2006: REELEIÇÃO.....	18
4.1.3	PLANO DE GOVERNO DO DILMA DE 2014: REELEIÇÃO .....	22
4.2	A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES NAS CAMPANHAS PARA REELEIÇÃO NO BRASIL: PROMESSAS VS REALIDADE. ....	25
4.2.1	DESEMPREGO .....	25
4.2.2	INFLAÇÃO.....	27
4.2.3	CRESCIMENTO ECONÔMICO.....	29
4.2.4	DÍVIDA PÚBLICA.....	31
4.2.5	CÂMBIO.....	33
4.2.6	JUROS.....	35
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	38
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	40

## 1. INTRODUÇÃO

O interesse por política nos últimos anos no Brasil tem crescido, evidenciado pelas constantes manifestações populares, e em plataformas distintas. E, com o interesse, cresce também as críticas e argumentos que, nem sempre, se seguem de uma referência teórica e empírica do tema.

Em abordagens teóricas diversas, pode-se sempre encontrar falhas de mercado e de governo que, eventualmente, se misturam ao espectro político formando, por sua vez, pareceres diversos sobre o sistema político nacional.

Entre essas falhas de mercado e governo, discute-se a possibilidade de candidatos à reeleição terem condições, por serem os gestores da máquina pública, de "sonegar" informações dos eleitores com viés eleitoral. Dito de outra forma, haveria, portanto, a possibilidade de ocorrer uma assimetria de informação entre candidato a reeleição e eleitores, de tal forma que o chefe do executivo teria mais informações, com maior riqueza de detalhes, que a própria população. Sendo que, algumas dessas informações, poderiam não ser transparecidas por interesse eleitorais.

Dessa forma, caso essa hipótese de pesquisa se confirme, poderia haver, portanto, a seleção adversa em casos de reeleição. Ou seja, os eleitores elegem determinado candidato, sombreados pelas informações sonegados e, na prática, a realidade *a posteriori* evidencia outros acontecimentos. Nesse caso, a escolha foi adversa podendo contribuir para gerar, eventualmente, frustrações nos eleitores e instabilidade política.

No Brasil o modelo de Seleção Adversa vem sendo estudado dentro da política brasileira. Esse conceito encontra-se dentro da Assimetria de informação que nada mais é que quando uma das partes envolvidas na negociação tem mais informação do "produto" do que a outra parte. Nessa trabalho, a Assimetria de informação será "adaptada" dentro da política que vem sendo estudada no Governo Brasileiro e é relacionada ao sistema de reeleição do partido ou do candidato.

Este trabalho portanto, define a seguinte pergunta de pesquisa: o processo de reeleição no Brasil pode induzir a uma seleção adversa?

A motivação para essa pesquisa, é o cenário atual de crise política no Brasil, que tem gerado resultados de frustrações em parte da sociedade. E a escolha de objeto de estudo é o viés político econômico.

“De certo modo, o ambiente político é influenciado pela mídia, que trabalha com acontecimentos, com exigências de resultados diários, e as ações governamentais, sobretudo na área social, cujo os resultados só se alcançam a longo prazo”. (CARDOSO, Fernando Henrique - Revista econômica política, Vol 15 n°4 - Outubro/Novembro 1995. Desenvolvimento: O mais político dos temas econômicos).

Portanto, o sistema de reeleição no país ainda é recente visto historicamente, portanto para que tenhamos resultados palpáveis a curto prazo a escolha de realizar estudo a partir de um viés econômico foi feita, visto que resultados de políticas sociais são vistos a longo prazo.

Um dos temas que tem sido discutido na reforma política é, exatamente, a reeleição. Assim justifica-se a análise desse sistema de reeleição e suas principais características.

Será analisado as últimas três campanhas de reeleição no Brasil: Fernando Henrique, Lula e Dilma, para que essa análise possa ser comparativa entres os três governos. Dentre essa análise serão apresentadas as promessas de campanha do candidato a reeleição e os primeiros anos de governo, na expectativa de investigar se são compatíveis.

Para investigar a presença, ou não, de assimetria de informação em processos de reeleição no Brasil serão considerados os principais objetivos e instrumentos de política macroeconômica (assim como discutido em Vasconcellos e Garcia, 2008), que são: desemprego, inflação crescimento (PIB), juros, dívida pública e câmbio.

O objetivo geral desta pesquisa é investigar se ocorre assimetria de informações nos processos de reeleição no Brasil e, por consequência, seleção adversa. Especificamente, os objetivos são: i) descrever os planos de governo para reeleição no Brasil (FHC, Lula e Dilma); ii) investigar a compatibilidade entre promessas e realidades, a partir dos primeiros anos de governo.

A crise política, econômica e social do país vem buscando respostas em diversas vertentes que envolvem nosso Governo. Assim, a conclusão deste trabalho irá ajudar futuramente a discutir melhor nosso sistema eleitoral, e buscar soluções para os problemas que os envolve.

A ideia deste trabalho é mostrar em processo de reeleição, o candidato que ocupa o cargo possui mais condições de sonegar informações por estar no mesmo cargo no mandato anterior. Portanto a justificativa de estudo de reeleição se dá por essa condição, e desta serão analisados os três mandatos de reeleição do Brasil.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 ASSIMETRIA DE INFORMAÇÃO

Nesta seção, será explicado o conceito de Assimetria de Informação, por ser o tema fundamental do trabalho, no qual se derivam outros conceitos, como a seleção adversa. Ademais, a partir desse conceito será possível identificar a primeira hipótese de pesquisa, qual seja, **que em processos de reeleição podem haver a presença de assimetria de informações.**

Em termos gerais, a assimetria de informação é quando uma das partes envolvidas na relação, seja ela econômica, política, empresarial saiba mais informações do que a outra parte. A informação assimétrica explica o motivo de grande parte das ações institucionais do estado, esta pode gerar redução de eficiência para o mercado. [...] Com informações assimétricas, mercadorias de baixa qualidade podem expulsar do mercado as de alta qualidade (PINDYCK e RUBINFELD 2007).

A falha de eficiência do mercado gerada pela assimetria de informação traz um novo conceito para o entendimento a respeito dessa falta de informações por ambas as partes envolvidas. Esse novo conceito denominado de seleção adversa, que nada mais é que quando produtores com qualidade diferentes são vendidos pelo mesmo preço (PINDYCK e RUBINFELD 2007).

Uma solução para o problema de seleção adversa é agrupar riscos, no caso de seguro de saúde, o governo pode fazer seu papel, oferecendo programas de assistência médica a idosos ou incapacitados.

Varian (2006) aborda ainda como vendedores tentam resolver o problema de assimetria de informações em seu ramo de negócios, com a sinalização de mercado que será enviado sinais aos compradores com informações do produto vendido.

A conclusão dos autores citados anteriormente para solucionar esse desvio de eficiência é padronizar produtos, e oferecer certificados e garantias. Assim a assimetria de informações não prejudicará de forma efetiva os envolvidos na negociação.

Assim sendo, a parte desprovida de informações pode incorrer no risco chamado de "risco moral". O risco moral é um problema que surge quando alguém, chamado agente, realiza alguma tarefa em nome de outra pessoa, denominada principal. Se o principal não puder monitorar perfeitamente o comportamento do agente, este tende a empregar menos esforços do



que o principal consideraria desejável. A expressão risco moral refere-se ao risco de comportamento inadequado ou “imoral” por parte do agente. Em tal situação, o principal tenta, de diversas maneiras, encorajar o agente a agir de maneira mais responsável (MANKIWI, 2010).

Em outras palavras, quando a parte informada pratica ações para revelar suas informações particulares, chamamos esse fenômeno de sinalização. Quando uma parte desinformada pratica ações para induzir a parte informada a revelar informações particulares, o fenômeno é chamado seleção. (MANKIWI, 2010).

O estudo da informação assimétrica nos dá uma nova razão para ter cautela com os mercados. Quando algumas pessoas conhecem mais que outras, o mercado pode falhar ao colocar seus recursos em seu melhor uso (MANKIWI, 2010).

Embora a informação assimétrica possa exigir ação do governo em alguns casos, há três fatos que complicam a questão. Primeiro, como vimos, o mercado privado pode, algumas vezes lidar sozinho com as assimetrias de informação usando uma combinação de sinalização e seleção. Segundo, o governo raramente dispõe de mais informações que as parte privadas. Mesmo que a alocação de recursos do mercado não seja a melhor possível, pode ser a segunda melhor. Ou seja, quando há informações assimétricas, os formuladores de políticas podem ter dificuldade para melhorar o resultado reconhecidamente imperfeito do mercado. E, terceiro o próprio governo é uma instituição imperfeita – um tópico que abordaremos na próxima seção (MANKIWI, N. 2010).

Em resumo, a informação assimétrica nada mais é que prometer coisas que não podem cumprir pois sabemos da nossa situação e condições, e quem está “comprando” a ideia ou objeto não está provido das mesmas informações. Usar a seleção adversa a seu favor, para induzir situações, pode induzir a risco moral, e fazer a parte desprovida de informações fazer uma seleção (escolha) adversa.

## **2.2 SISTEMA ELEITORAL**

Os sistemas eleitorais têm como função a organização das eleições e a conversão de votos em mandatos políticos, visando proporcionar uma captação eficiente, segura e imparcial da vontade popular democraticamente manifestada, de forma que os mandatos eletivos sejam exercidos com legitimidade. Também é função dos sistemas eleitorais o estabelecimento dos meios para que os diversos grupos sociais sejam representados e as relações entre representantes e representados se fortaleçam (TORRES, 2015).

“O sistema eleitoral é baseado no voto direto e secreto, ou seja, o eleitor vota diretamente no candidato ao cargo a ser preenchido, de maneira sigilosa, já que seu voto não pode ser divulgado a terceiros”. (Portal Brasil – Governo – Processo eleitoral Brasileiro 30/08/2010)

“O regime político brasileiro está fundamentado na democracia, em que o povo determina quem serão os seus governantes, e no sistema presidencialista, que é composto por três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. O primeiro é exercido pelo Presidente da República e o segundo, pelo Parlamento – dividido entre Câmara dos Deputados e Senado Federal. O Poder Judiciário tem a função de garantir o cumprimento da Constituição Federal e aplicar as leis, julgando determinada situação e as pessoas nela envolvidas”. (Portal Brasil – Governo – Processo eleitoral Brasileiro 30/08/2010)

“O 1º turno das eleições acontece sempre no primeiro domingo do mês de outubro e o 2º turno, quando houver, geralmente no último domingo do mesmo mês. O 2º turno é realizado apenas nas eleições para Presidente, governador e para prefeito”. (Portal Brasil – Governo – Processo eleitoral Brasileiro 30/08/2010)

“Para presidente, vice-Presidente, governador, vice-governador, prefeito, vice-prefeito, deputado federal, estadual e distrital e vereador o mandato é de quatro anos. Senadores possuem mandatos de oito anos.” (Portal Brasil – Governo – Processo eleitoral Brasileiro 30/08/2010)

Uma das classificações do sistema eleitoral é o sistema majoritário, que nada mais é do que uma eleição de votos em que a maioria absoluta ou relativa dos votos vence. É considerada maioria absoluta quando mais da metade dos votos vence, e maioria relativa é quando o eleito alcança maioria dos votos.

No Brasil, chamamos de sistemas eleitorais o conjunto de normas que rege e organiza as eleições. Pelo sistema majoritário, são escolhidos o Presidente e o Vice-Presidente da República, os Governadores e Vice-Governadores dos Estados, os Senadores da República e seus dois suplentes e os Prefeitos e Vice-Prefeitos Municipais, e pelo sistema eleitoral proporcional, são escolhidos os Deputados Federais, Deputados Estaduais e Distritais e Vereadores (MAROTTA, 2016).

A emenda constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997, introduziu o instituto da reeleição no sistema eleitoral brasileiro. Essa emenda estabeleceu o direito de chefes do Poder Executivo disputarem a reeleição para a mesma função, para um único mandato, e no exercício do cargo (BRAMBOR E CENEVIVA 2012).

Os defensores da reforma constitucional argumentam que o direito de reeleição pode ser uma forma de aperfeiçoar a capacidade decisória dos eleitores, permitindo punir o mau governante ou premiar o bom administrador (BRAMBOR E CENEVIVA 2012).

Para a reforma política que vem sendo discutida nos últimos tempos, a discussão que envolve reeleição diz que:

“Atualmente, presidente, governadores e prefeitos têm mandato de quatro anos e podem ser reeleitos. Com a nova proposta, após a fase de transição, os mandatos passariam a ser de cinco anos. Já a reeleição ficaria proibida para os cargos de presidente, governador e prefeito. Os deputados estaduais e federais continuariam a ter mandato de quatro anos e, os senadores, de oito”. (WELLE, Deutsche – Legislação eleitoral. Carta Capital 04/04/2017)

Outros pontos polêmicos envolvendo sistema eleitoral vem sendo discutidos na reforma política Brasileira: como Financiamento de campanha, sistema eleitoral, datas das eleições, vices e coligações partidárias. Que são pontos decisórios para democracia no país, e o futuro do sistema eleitoral brasileiro.

### **2.3 O QUE LEVA UM GOVERNANTE À REELEIÇÃO?**

Nessa seção, vale o destaque à discussão sobre os fundamentos que levam um governante à reeleição. Para Meneguín (2000) o Governante toma suas decisões de política fiscal baseado na probabilidade exógena de ser reeleito. Um governante com elevada probabilidade de reeleição escolherá uma política fiscal mais restritiva que a de um governante com baixa probabilidade de ser reeleito.

A explicação para esse fenômeno baseia-se no fato de que uma política fiscal muito frouxa implicará elevado custo fiscal após as eleições, o que preocupa mais um governante com verdadeiras chances de ser reeleito (MENEGUÍN 2000). Estudos mostram como as decisões dos governantes são afetadas pela possibilidade de permanência no governo, em especial as decisões referentes aos gastos públicos (ver na coletânea de artigos de Economia Pública Brasileira, 2010)

Ainda segundo Rogoff, os gastos governamentais são menores quando há chance de reeleição. Em anos eleitorais os governantes de todas as esferas cortam tributos, aumentam as transferências e aplicam públicos em projetos que trazem viabilidade imediata. Ou seja, governante impõe um viés na política fiscal.

Informação de competência antes das eleições continua sendo relevante para depois. A diferença entre o governante e um possível candidato opositor é que o eleitorado pode deduzir

a competência do atual governante pela política fiscal adotada. Por isso surgem incentivos para o governante manipular a política fiscal de forma que se perpetue no poder (ROGOFF, 1990).

As evidências mostram que o governante que pretende reeleger tende a controlar os gastos públicos, pois suas chances de reeleição diminuem à medida que a despesa per capita aumenta. Quando se discrimina a despesa entre custeio (manutenção da máquina administrativa) e investimentos públicos (obras), nota-se que o eleitor apena a primeira e premeia a última, confirmando a intuição de que obras públicas cativam eleitorado (ECONOMIA PÚBLICA BRASILEIRA, 2010 PAG. 444, CAPITULO 16).

Em resumo, essa seção pode levar a uma outra hipótese de pesquisa, de **que os governantes possuem condições reais de influenciar sua probabilidade de reeleição.**

Em outras palavras, conclui-se que o sistema de reeleição pode seguir essas considerações levantadas em relação aos governantes, mas o candidato (a) pode ter como prioridade a intenção de se reeleger e em função disso mudar suas decisões de gastos visando uma melhor administração e não apenas usar da informação adversa e fazer promessas fiscais e econômicas apenas pensando em se reeleger.

### 3. METODOLOGIA DE PESQUISA

A metodologia de um trabalho científica é de extrema importância pois ela permite alcançar os objetivos traçados em uma pesquisa. Portanto nesta etapa serão descritas as fases e maneiras de busca de informações para a realização da pesquisa.

É necessário que o projeto esclareça como se processará a pesquisa, quais etapas que serão desenvolvidas e quais recursos que devem ser alocados para atingir seus objetivos (GIL, 2012).

Dessa forma, e quanto à abordagem, trata-se de uma pesquisa quantitativa e Qualitativa. A primeira, em função da análise e tratamento dos dados dos primeiros anos dos governos que foram reeleitos no Brasil. Qualitativa porque será feita análise do discurso dos Reeleitos, o que foi prometido na candidatura e o que de fato foi realizado.

Em relação ao objetivo da pesquisa esta é uma pesquisa descritiva, pois nela haverá características descrevendo a população Brasileira também no primeiro ano de mandato de reeleição.

Os procedimentos aplicados são de pesquisa experimental, pois vai determinar seu objeto de estudo, e definir suas variáveis. Trata-se também de um estudo de caso.

Essas variáveis analisadas são principais objetivos e instrumentos de política macroeconômica: Crescimento econômico, emprego, estabilidade da moeda (inflação), juros, dívida pública e câmbio.

A base dos dados dessa pesquisa é secundária, com dados retirados do IPEA, Banco Central e IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, durante o período de Janeiro de 1990 a Outubro de 2016, sendo portanto, dados mensais.

Em específico, os dados coletados e as fontes são as seguintes:

<b>DADOS</b>	<b>FONTE</b>
Taxa de desemprego - RMSP - (%)	IBGE
Inflação - IPCA - (% a.m.)	IBGE
Crescimento Econômico: PIB - R\$ (milhões)	Banco Central do Brasil
Dívida - total - gov. federal e Banco Central - líquida - (% PIB)	Banco Central do Brasil
Taxa de câmbio - R\$ / US\$ - comercial - compra - fim período	Banco Central do Brasil
Taxa de juros - Over / Selic - (% a.m.)	Banco Central do Brasil

Fonte: Elaborada pela autora

Esses dados foram escolhidos pois, segundo Vasconcelos e Garcia (2008), os principais objetivos de política econômica, no tempo, são os seguintes:

i) Curto Prazo: Manutenção do Emprego (Desemprego) com Estabilidade Monetária (Inflação);

ii) Longo Prazo: Crescimento Econômico (PIB) com Distribuição de Renda (GINI).

Vale dizer, que não foi possível coletar dados do índice de Gini com periodicidade mensal, além da presença de intervalos anuais sem coleta. Isso acabou justificando a exclusão do índice de GINI do estudo.

Além desses, foram coletados variáveis que representem os principais instrumentos de política econômica, a saber:

i) Política Fiscal: Dívida Pública;

ii) Política Monetária: Juros;

iii) Política Cambial: Câmbio

A partir da coleta desses dados e pesquisas que buscam verificar se a assimetria de informação entre o candidato à reeleição e eleitor nos processos de reeleição no Brasil pode induzir uma seleção adversa, será possível confirmar ou não se esse problema de pesquisa apresentado acontece em nosso país, e quais consequências essa seleção pode trazer para o Brasil.

### **3.1 MODELOS AUTORREGRESSIVOS**

Nesta parte do trabalho, o objetivo será apresentar os modelos autorregressivos, ainda que sucintamente. Os modelos autorregressivos são instrumentos importantes das séries de tempo. Esta apresentação se dá porque este tipo de modelo autorregressivos será privilegiado na análise empírica das séries de tempo deste trabalho.

A estratégia adotada neste trabalho será a de estimar as relações univariadas entre os principais objetivos e instrumentos de política econômica com os governos eleitos. Isso porque modelos desse tipo costumam serem menos restritivos sobre a escolha das defasagens e parametrização das séries.

A rigor, para ver como se dá um modelo autorregressivo, considere o caso de um modelo com apenas 2 defasagens temporais. O estudo que segue é fundamentado em um estudo de Enders (2004). Sendo,

$$x_{1t} = \alpha + \alpha_1 x_{1t-1} + \alpha_2 x_{1t-2} + \alpha_3 \text{DummyFHC} + \alpha_4 \text{DummyLula} + \alpha_5 \text{DummyDilma} + \varepsilon_{1t} \quad (1)$$

Em que, a variável  $x_1$  será a variável de investigação, nesse trabalho podendo ser: desemprego, PIB, inflação, Juros, dívida pública e câmbio. As Dummies para presidentes são variáveis qualitativas que assumem apenas os valores de 1 (presença) e 0 (não presença).

Para cada presidente (dummy) o valor 1 foi considerado a partir do primeiro mês da reeleição.

## 4. RESULTADOS

### 4.1 OS PLANOS DE GOVERNO PARA REELEIÇÃO: UMA ANÁLISE DESCRITIVA

Nessa seção, serão apresentados os três planos de governo para reeleição no Brasil, em 1998 (FHC); 2006 (Lula) e 2014 (Dilma).

“*Para que não haja retrocesso*”, essa é a frase usada nos três planos de Governo de Reelection do Brasil. Uma sentença que nos faz questionar se existe ou não Assimetria de Informações no sistema de Reelection. Uma maneira de assegurar as estabilidades ofertadas nos quatro anos anteriores, talvez não aplicadas apenas para crescimento do país, mas para um planejamento em longo prazo visando a reeleição.

#### 4.1.1 PLANO DE GOVERNO DO FHC DE 1998: REELEIÇÃO

As informações que seguirão nesse trabalho serão fundamentadas no Plano de Governo do Candidato Fernando Henrique Cardoso para Reelection em 1998 no documento (PSDB; UM NOVO ESTADO PARA UMA NOVA SOCIEDADE; 1999)

As promessas de Fernando Henrique apresentadas em seu plano de Governo em 1998 são baseadas na inclusão dos excluídos, desenvolver não só a economia mas também a sociedade.

“Para isso, é preciso vincular estabilidade e investimento produtivo; crescimento e geração de empregos; competitividade e universalização da educação fundamental; equilíbrio fiscal e melhoria das políticas sociais. Em uma palavra, simultaneamente, progresso material e progresso social.”

Depois do Plano Real em seu primeiro mandato, o objetivo era manter o preço do real e continuar controlando a inflação, dando poder de compra a população. Em 1994 investiu também fora do país, em sua produtividade para atrair Empresas Multinacionais.

FHC promete avançar e gerar novas oportunidades de trabalho, investindo também em tecnologia e desenvolvimento. “Vamos duplicar nossas exportações e crescer com base na



agricultura, nos investimentos industriais, nos serviços modernos, no turismo e na construção civil, explorando ao máximo as possibilidades contidas nas condições internas e externas da nossa economia.”

O candidato a Presidente defendia a ideia que para desenvolver o social é preciso desenvolver o econômico e que um não precisa perder pra desenvolver o outro. Visto isto seu plano de Governo promete avançar o ponto de exclusão social, e acabar com a pobreza, fome e desigualdade.

Fernando Henrique tem como promessa também simplificar o sistema tributário, e reduzir o peso de impostos sobre produção, o investimento e a exportação. Assim a promessa se cumprida desenvolverá a Economia do país.

“Aprofundar a reestruturação do setor produtivo, levando adiante o programa de privatização e fortalecendo o Estado no papel de regulador e indutor do desenvolvimento”. É uma das grandes promessas do antigo Presidente para baratear serviços à população e estimular a economia, e gerar mais empregos ressalta o Presidente.

Uma de suas metas também é aumentar as exportações, não apenas com a desvalorização do câmbio mas pela rota segura da redução do “custo Brasil” e pelo aumento da produtividade, estimulando a exportação.

“Reconstruir o sistema de crédito nacional, orientando a atuação das instituições financeiras federais para as áreas produtivas e os setores sociais que delas mais necessitam e resgatando o papel dos bancos privados como agentes de crédito comercial”.

Pretende acabar com crescimento da dívida pública em relação ao PIB e reduzir as taxas de juros do país, que já vinha acontecendo na gestão anterior. E principalmente promete melhorar a qualidade dos gastos públicos.

FHC menciona em seu Plano de Governo que as perspectivas são as melhores possíveis levando em consideração os resultados e avanços do Governo de 1994 a 1998, “as reformas estruturais, as privatizações, o saneamento do sistema bancário, o resgate da credibilidade e a nova projeção internacional do Brasil, os investimentos em infraestrutura, a recuperação da capacidade de atuação dos bancos federais, a melhoria na área educacional e de qualificação.” Esses pontos citados como forma de promessa para continuação em 1999.

Para o Eleito é de grande importância e estímulo para desenvolver a economia e também gerar empregos, “ampliando e diversificando os programas de apoio aos micro e pequenos produtores rurais e urbanos, combinando facilidades de acesso ao crédito, tecnologia e canais de comercialização e estimulando as diversas formas de cooperação e parceria entre pequenas e grandes empresas, ao longo das cadeias produtivas.”

Compromete-se também em elevar o nível de escolaridade dos trabalhadores, investindo na educação. Garantindo “triplicar a matrícula no ensino técnico de nível médio, em especial nas novas áreas de geração de emprego, e aumentar a oferta de qualificação profissional, incluindo, entre outros, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, requalificando dezessete milhões de trabalhadores nos próximos quatro anos.”

Mencionado no início de seu Plano o desenvolvendo visa uma sociedade mais justa e igualitária, para isso ele promete além dos pontos mencionados anteriormente, aumentar o impacto distributivo do gasto público em programas sociais e investir em políticas pública sócias.

“Dar acesso a terra, crédito, tecnologia e canais de comercialização a quatro milhões de famílias de pequenos proprietários, assentados e trabalhadores rurais sem terra. Permitir a estabilização, diversificação e ampliação de suas fontes de renda, promovendo sua integração às cadeias produtivas agroindustriais. Melhorar as condições de vida do Brasil rural por meio de uma política integrada de moradia, transporte, eletrificação, telefonia, além do acesso à educação básica, saúde e qualificação profissional. Dar prosseguimento à reforma agrária via assentamentos, outras formas de acesso à terra – e ir além, criando um novo mundo rural.”

Usufruir das forças e oportunidades de cada região para investir em empregos e assim além de mais empregos, maior será renda será destinada a população.

“O Brasil deve ter presença atuante no cenário mundial, como nação livre e soberana, desenvolvendo uma política externa competente e ativa, em defesa de seus legítimos interesses, promovendo o diálogo entre todos os povos e defendendo a paz mundial.”

#### 4.1.2 PLANO DE GOVERNO DO LULA DE 2006: REELEIÇÃO

Os levantamentos citados neste arquivo também são fundamentados no Plano de Governo Lula em 2006, em sua candidatura para se reeleger como Presidente.

O Segundo Governo de Lula promete desenvolver mais aceleradamente o país, com “redução das desigualdades sociais e regionais, respeito ao meio ambiente e à nossa diversidade cultural, emprego e bem-estar social, controle da inflação, ênfase na educação, democracia e garantia dos Direitos Humanos, presença soberana no mundo e forte integração continental”.

Lula promete diminuir as taxas de juros aumento dos investimentos e intensificação das políticas sociais, preservando o equilíbrio macroeconômico. O candidato afirma que não irá acabar com políticas sociais implantadas nos programas Fome Zero, e também no Bolsa Família.

Em seu Plano de Governo dá ênfase à: “Ampliação das oportunidades de emprego, trabalho e renda, especialmente por meio de medidas que impulsionem os investimentos públicos e privados mais intensivos em mão de obra, com ênfase nas micro e pequenas empresas. Prosseguirá fortalecendo a prática de gestão compartilhada entre as três esferas do Governo, investindo nos serviços de qualidade à população.”

Em adição, “Estão construídas condições objetivas para um maior crescimento com juros mais baixos, aumento dos investimentos e intensificação das políticas sociais, preservado o equilíbrio macroeconômico.”

Grande promessa do candidato populista é garantir continuidade às medidas para a constituição de uma economia solidária, estimulando o cooperativismo, as iniciativas autônomas de desenvolvimento local, a auto-gestão, o micro crédito e ampliando a participação dos trabalhadores na economia.

Lula em seu plano de Governo destaca que para que o Brasil realmente mude é necessário democratizar o acesso as riquezas do país, fortalecendo a participação popular e criando oportunidades para todos, garantindo-lhe acesso a direitos consagrados e novos direitos que se coloquem na agenda pública. “Deve haver crescimento com distribuição de renda, promete o Presidente”.

A continuidade da redução das taxas reais de juros ajudará a diminuir mais ainda a dívida pública, ampliará o crédito às empresas produtivas e aos trabalhadores. Para que o

equilíbrio econômico seja efetivo é preciso também com preços estabilizados, equilíbrio fiscal e redução da vulnerabilidade externa.

Lula continuará investindo no mercado de bens e consumos e serão vinculadas de maneira indissociável crescimento com distribuição de renda.

“Terão continuidade ações de regulação que garantam as condições para o investimento privado necessário ao desenvolvimento do país, além de novas alterações na legislação que favoreçam o ambiente para investimento. Prosseguirão e ganharão mais intensidade as iniciativas governamentais para desenvolver regiões do país historicamente postergadas, bem como para reforçar o dinamismo do desenvolvimento territorialmente planejado. Políticas industriais, de inovação tecnológica e de estímulo às exportações, de incentivo às micro e pequenas empresas, levadas adiante pelo atual Governo, produzirão ganhos de escala, permitirão incremento da produtividade e aumentos do emprego e dos rendimentos das famílias assalariadas.”

O turismo continuará a ser um dos setores prioritários da agenda do desenvolvimento, por sua alta capacidade de geração de empregos, divisas e de incentivo ao desenvolvimento regional do país.

A expansão sustentada da economia será garantida pela promessa de ação combinada de vários bancos, especialmente os públicos, e por medidas adicionais que incentivem o retorno de capitais especulativos para a esfera da produção. O conjunto dessa orientação ajudará na construção de um padrão de financiamento não baseado no endividamento público ou em pesada carga tributária.

A promessa na educação de qualidade para todos, é mencionada no plano de governo de reeleição como instrumento de produção, organização e difusão de conhecimento e cultura, reconhecendo-a como direito inalienável e inadiável. A continuidade à reestruturação do ensino médio e do ensino noturno, da ampliação significativa do ensino técnico e tecnológico e da continuidade das mudanças para a educação no campo, continuidade do PROUNI, criação de novas universidades e de mais vagas nas Universidades Federais existentes se aplicadas será de grande significância para a igualdade do país.

Luiz Inácio não abre mão de algumas ações de seu Governo passado e promete mantê-las em seu próximo mandato, caso eleito. São ações como:

- i) Dar continuidade à recuperação do salário mínimo com aumentos acima da inflação e acentuar o crescimento de empregos formais;
- ii) Prosseguir o processo de redução da relação dívida pública/PIB;
- iii) Aprofundar a redução da taxa de juros, aproximando-a daquela praticada nos países em desenvolvimento;
- iv) Perseguir uma taxa de investimento acima dos 25%, para garantir um crescimento superior ao atual;
- v) Prosseguir em programas seletivos de desoneração tributária, buscando fortalecer a expansão do sistema produtivo;
- vi) Ampliar a capacidade do sistema financeiro, expandir o crédito, promover o desenvolvimento e difusão de inovações financeiras e criar Fundos Setoriais de longo prazo, especialmente para financiar infraestrutura e indústrias de longa maturação.

O investimento na agricultura é uma grande estratégia para desenvolvimento do país, para isso será aplicada ampliação os recursos de crédito rural para o financiamento da produção agropecuária, com custos e prazos adequados à realidade do setor.

Visando a maior exportação e o crescimento do país não só nacionalmente mas frente a outros países Lula investe no comercio exterior:

- i) Fortalecer a política de exportações, com destaque para os produtos com valor agregado. Adotar, em setores específicos, medidas contra a concorrência predatória de produtos estrangeiros. Ampliar e reforçar os entrepostos da APEX no exterior e a Marca Brasil;
- ii) Expandir as linhas de crédito do PROEX e do BNDES e o seguro às exportações, incentivando o crescimento da participação dos produtos de maior valor agregado nas exportações e a internacionalização de empresas brasileiras;
- iii) Impulsionar a desdolarização do comércio com os países da América Latina e estimular a ampliação do mecanismo de Convênios de Crédito Recíproco (CCR) e outros instrumentos que permitam o intercâmbio comercial em moedas nacionais.

#### 4.1.3 PLANO DE GOVERNO DO DILMA DE 2014: REELEIÇÃO

Nesta seção serão mencionadas e abordadas promessas e características do plano de Governo da Ex-presidente Dilma Russeft.

Para o novo ciclo e seu novo mandato caso seja reeleita Dilma foca o desenvolvimento do seu plano de Governo na solidez econômica e na estruturação de um novo pilar: a competitividade produtiva.

“A competitividade produtiva será atingida por meio dos investimentos em produção e consumo de massa, investimentos em infraestrutura social e econômica, na construção de um Brasil sem Burocracia e nas áreas de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, construindo uma sociedade do conhecimento.”

Essa competitividade ajudará na ampliação e efetivação do crédito, na melhoria da qualidade do emprego, no estímulo continuado ao empreendedorismo, no desenvolvimento tecnológico e no aumento da produtividade da nossa economia.

Dilma na busca permanente do crescimento econômico inclusivo e sustentável, promete promover a competitividade produtiva e assumir a garantia de acesso à educação de qualidade como grande motor da transformação.

Poder de consumo é uma das grandes promessas da candidata, “Recusamos, nestes 12 anos, o pensamento único que anunciava a inevitabilidade da sociedade dual, onde crescimento rimava com desigualdade, diz Dilma”.

Um dos alicerces deste novo ciclo é o fortalecimento de uma política macroeconômica sólida, intransigente no combate à inflação e que proporcione um crescimento econômico e social robusto e sustentável.

A promessa é que irão incentivar o empreendedorismo ao reduzir drasticamente a burocracia, que impõe um alto custo para as empresas. Simplificar será uma diretriz para a relação do Estado com as empresas.

“Além disso, vamos estimular cada vez mais a participação desses empreendedores nas compras públicas, fortalecendo os pequenos negócios. Modernizaremos nosso parque industrial para assegurar o aumento da produtividade e da competitividade de nossa economia,

fundamental para uma inserção ativa do Brasil no cenário externo e para a ampliação das oportunidades de negócios para as empresas brasileiras.”

Ela pretende transformar a qualidade do ensino, a proposta de investir fortemente na qualidade da Educação e, ao mesmo tempo, ampliar cada vez mais o acesso ao ensino, em todos os níveis – desde as necessárias creches até os cursos mais especializados–, manterá esse setor da vida pública como o responsável pelo êxito das metas de várias outras áreas da administração pública.

Para a candidata uma das principais estratégias é focar na educação, promete garantir, com o PRONATEC, a formação plena da juventude brasileira, com acesso ao conhecimento científico e tecnológico, por meio de um Pacto Nacional pela Melhoria de Qualidade do Ensino Médio, até 2016. E conceder, no período 2015-2018, mais 100 mil bolsas do Ciência sem Fronteiras, fazer uma mudança curricular e na gestão das escolas, e enfrentar o desafio de valorizar o professor, com melhores salários e melhor formação.

A vertente de seu plano focada na empregabilidade do país está interligada com a educação, com a criação de cursos técnicos para qualificar a população para mão de obra mais qualificada.

Para um governo mais transparente mencionaram a criação de um Governo Digital, onde irão utilizar cada vez mais a internet para que o cidadão acompanhe, com facilidade e transparência, a destinação dos recursos públicos.

“O segundo governo Dilma buscará também promover um novo ciclo de avanços institucionais, destinado a eliminar os gargalos historicamente impostos às formas de representação política e ao acesso democrático a direitos de toda a população. Ampliar a democracia política é um objetivo que anda junto com o compromisso de aumentar cada vez mais a democracia econômica – a distribuição de renda e a eliminação da pobreza.”

Dilma diz que irá também para reduzir radicalmente e estruturalmente as desigualdades regionais. Será necessário dar prioridade aos modais ferroviários, hidroviários e à navegação de cabotagem, reduzindo os gargalos existentes e implantando novas redes logísticas em eixos nacionais e regionais para o escoamento da produção e a circulação de pessoas.

Está nos planos da candidata aprimorar os modelos de regulação, estimulando o mercado privado de crédito de longo prazo e o desenvolvimento de instrumentos de garantias para financiamento de projetos de grande porte.

Os governos do PT investiram em esporte e cultura, implementando políticas que se tornaram instrumentos de inclusão social e desenvolvimento econômico. A cultura e o esporte foram concebidos como programas de Estado, fomentando o mercado de trabalho e as potencialidades do nosso povo. Com a sede das Olimpíadas em 2016 mais investimentos em infraestrutura e no esporte serão realizados.

“O segundo governo Dilma dará continuidade a esse processo, em sintonia com as transformações pelas quais vem passando a cena internacional. A prioridade à América do Sul, América Latina e Caribe se traduzirá no empenho em fortalecer o MERCOSUL, a UNASUL e a Comunidade dos Países da América Latina e Caribe (CELAC), sem discriminação de ordem ideológica. O Brasil buscará antes de tudo a integração da região, por meio do fomento do comércio e da integração produtiva. Para tanto, dará ênfase especial à integração financeira e de suas infraestruturas física e energética. As transformações econômicas, sociais e políticas dos últimos anos em nosso continente habilitam a região a ser um importante ator no mundo multipolar que hoje se está desenhando. Da mesma forma será dada ênfase a nossas relações com a África, com os países asiáticos - - a China é nosso principal parceiro comercial - e com o mundo árabe. A importância dada aos países do SUL do mundo, que têm expressão concreta nos BRICS, não significa desconsiderar os países desenvolvidos. Bem ao contrário, é de grande relevância nosso relacionamento com os Estados Unidos, por sua importância econômica, política científica e tecnológica, sem falar no volume de nosso comércio bilateral. Critério semelhante é válido para nossas relações com a União Europeia e com o Japão.”

Em síntese no Plano de governo em busca da reeleição em 2014 Dilma conclui:

“Nossa presença no mundo será marcada pela defesa da democracia, pelo princípio de não-intervenção e respeito à soberania das nações, pela luta pela paz e pela solução negociada dos conflitos, pela defesa dos Direitos Humanos, pelo combate à pobreza e às desigualdades, pela preservação do meio-ambiente e pelo multilateralismo. Queremos construir igualmente mecanismos que protejam todas as formas de comunicação – a internet, em particular – assegurando a privacidade da cidadania, das empresas e dos Governos.”



## 4.2 A ASSIMETRIA DE INFORMAÇÕES NAS CAMPANHAS PARA REELEIÇÃO NO BRASIL: PROMESSAS VS REALIDADE.

Esta seção será uma análise das promessas citadas na seção anterior, considerando os principais objetivos e instrumentos de política econômica. Os questionamentos serão se os candidatos cumpriram com suas promessas realizadas no Plano de Governo?

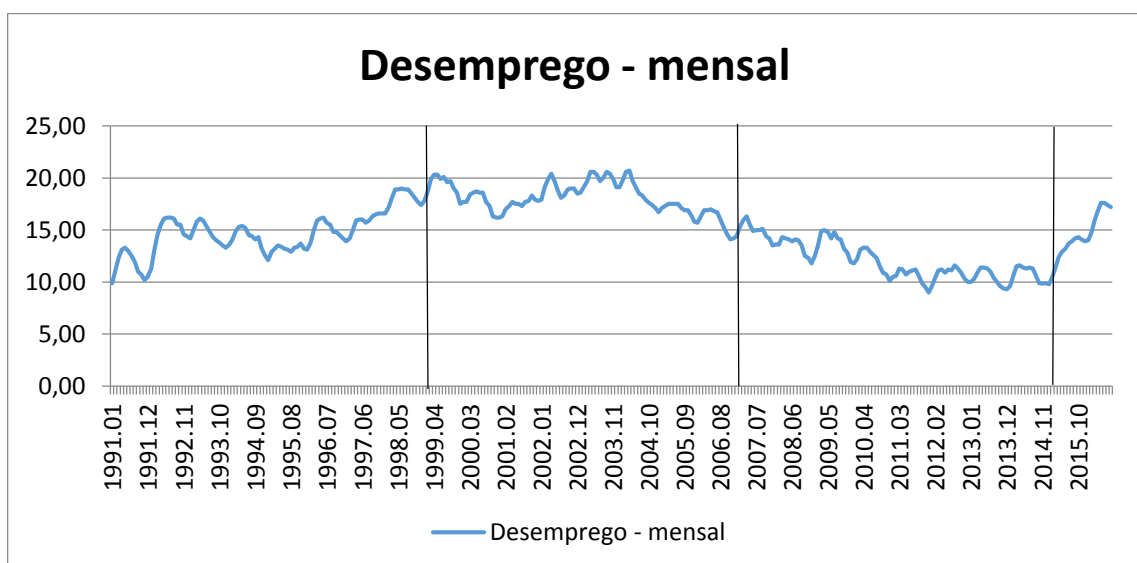
A análise será feita em cima dos dados adquiridos por modelos autorregressivo com presenças de dummies, apresentados nos gráficos que trazem características desde 1990 até 2015 para Desemprego, Inflação, crescimento econômico, dívida pública, cambio e juros. E de que maneira a Reeleição pode ser positiva ou negativa para o desenvolvimento do país.

Foram analisados o conflito da promessa de campanha vs. o que foi realizado, e buscar evidências se esse resultado gerou uma assimetria de informação.

### 4.2.1 DESEMPREGO

Abaixo são apresentados a trajetória histórica do desemprego no mensal, com cortes no primeiro mês de mandato do presidente reeleito.

Gráfico 1 - Evolução histórica da taxa de desemprego no Brasil - Regiões Metropolitanas (%)



Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 1 - Modelo Autorregressivo do Desemprego com *dummies*

$y = \text{Desemprego}_t$	<i>Coefficiente</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>t-probabilidade</i>
Constante	0,569	0,188	0,002*
$\text{Desemprego}_{t-1}$	1,485	0,056	0,000*
$\text{Desemprego}_{t-2}$	-0,242	0,104	0,020**
$\text{Desemprego}_{t-3}$	-0,965	0,099	0,000*
$\text{Desemprego}_{t-4}$	0,992	0,108	0,000*
$\text{Desemprego}_{t-5}$	-0,106	0,123	0,390
$\text{Desemprego}_{t-6}$	-0,635	0,118	0,000*
$\text{Desemprego}_{t-7}$	0,597	0,118	0,000*
$\text{Desemprego}_{t-8}$	0,023	0,123	0,848
$\text{Desemprego}_{t-9}$	-0,615	0,109	0,000*
$\text{Desemprego}_{t-10}$	0,560	0,099	0,000*
$\text{Desemprego}_{t-11}$	0,190	0,104	0,068***
$\text{Desemprego}_{t-12}$	-0,320	0,056	0,000*
FHC (1999=1)	0,059	0,068	0,385
LULA (2007=1)	-0,214	0,087	0,014**
Dilma (2015=1)	0,241	0,088	0,006*

\*\*\*Significante a 10%; \*\* Significante a 5%; \*Significante a 1%.

Fonte: elaborado pela autora.

A promessa em acabar ou diminuir o desemprego no país sempre esteve presente nos Planos de Governo da maioria dos candidatos a Presidente do Brasil, nos planos para a reeleição não foi diferente, FHC, Lula e Dilma se comprometerem em acabar com desemprego para diminuir a pobreza no país e melhorar as condições de vidas.

Ao analisar as tabelas os modelos regressivos de desemprego nota-se que Fernando Henrique não foi estatisticamente significativo para o desemprego em sua reeleição, apesar de dizer em sua candidatura que ampliaria o número de empregos.

Lula e Dilma, ao contrário, foram estatisticamente significantes com relação ao desemprego no Brasil. Lula com após prometer em seu plano de governo a, “ampliação das oportunidades de emprego, trabalho e renda, especialmente por meio de medidas que impulsionem os investimentos públicos e privados mais intensivos em mão de obra [...]”, como se pode analisar na tabela e no gráfico acima, o Governo Lula reduziu o desemprego e cumpriu essa promessa de reeleição.

Dilma em suas argumentações para reeleição, também promete gerar mais empregos e estimular mais o empreendedorismo no país, mas como visto nos dados acima a Presidenta em seu segundo mandato aumentou o Desemprego de maneira significativa.

Existe uma grande importância para o crescimento de empregabilidade no país não só para estimular a economia, mas também para dar poder de aquisição a toda população e consequentemente melhoria na qualidade de vida.

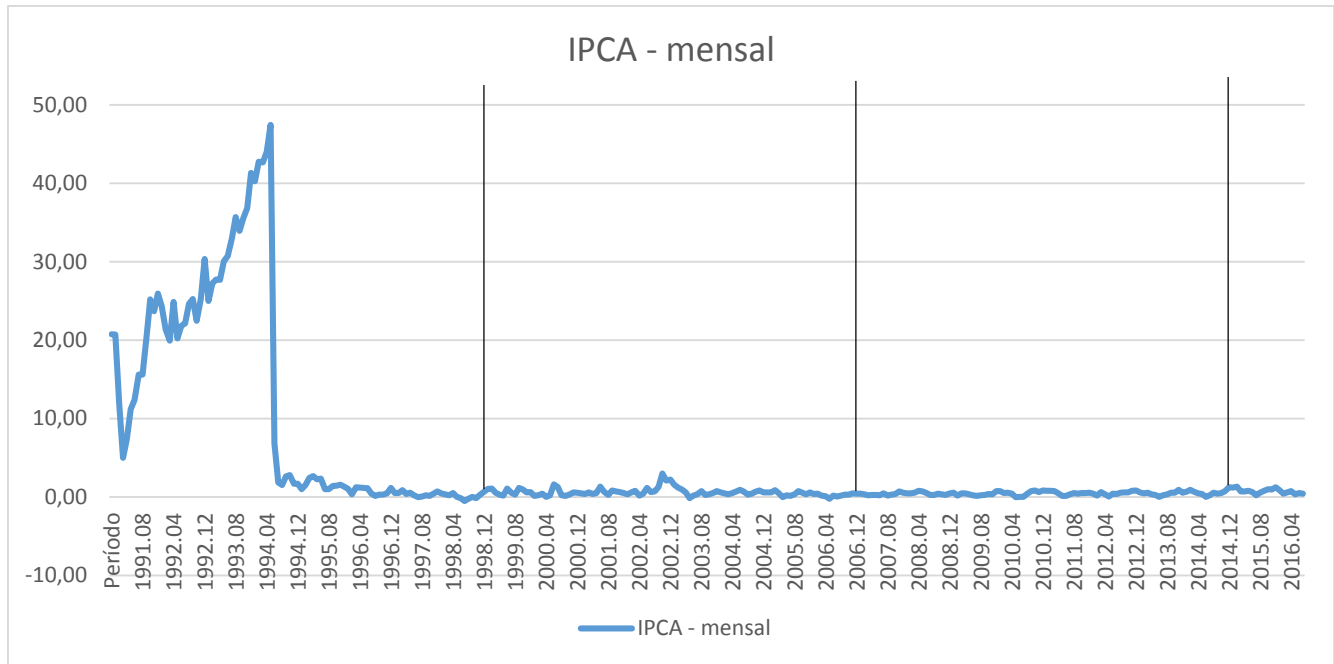
Portanto, no caso do Desemprego, apenas o presidente Lula cumpriu sua promessa de aumentar o emprego em seu segundo mandato.

O presidente Fernando Henrique e a presidenta Dilma, não cumpriram com essas promessas e, dessa forma, pode-se concluir que não atingiram suas promessas de campanha, no que diz respeito ao emprego. Essa é, portanto, uma evidência do uso da assimetria de informação como estratégia de reeleição que poderia, por hipótese, ter induzido a sociedade a uma seleção adversa. Vale destacar, inclusive, que a presidenta Dilma, além de não diminuir o desemprego, acabou aumentando durante seu segundo mandato.

#### 4.2.2 INFLAÇÃO

Aqui são apresentados a trajetória histórica da inflação mensal, com cortes no primeiro mês de mandato do presidente reeleito.

Gráfico 2 - Evolução histórica da taxa de Inflação - Índice de Preços ao Consumidor Amplo (%)



Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 2 - Modelo Autorregressivo de Inflação com *dummies*

$y = IPCA_t$	<i>Coefficiente</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>t-probabilidade</i>
Constante	0,441	0,353	0,212
$IPCA_{t-1}$	0,945	0,018	0,000*
FHC (1999=1)	-0,407	0,437	0,352
LULA ( 2007=1)	-0,006	0,377	0,985
Dilma (2015=1)	-0,002	0,643	0,997

\*\*\*Significante a 10%; \*\* Significante a 5%; \*Significante a 1%.

Fonte: elaborado pela autora.

Em mandatos anteriores as reeleições de FHC, Lula e Dilma o Brasil passou por momento em que a instabilidade da inflação era um dos grandes problemas do país, por tantos problemas gerados não só a economia mas também sociais no país, a grande promessa dos eleitos era manter a estabilidade dos preços no Brasil.

Após o plano real em 1994, FHC menciona em seu plano para reeleição que é preciso manter a estabilidade gerada com plano real, portanto era essa sua grande promessa. Ele cumpriu sua promessa e conseguiu fazer com que as alterações na inflação em seu segundo mandado não fossem significante nos dados comparativos.

Lula também se compromete em manter a estabilidade inflacionaria, e não mostrou significância em seus dados, sem nenhum efeito estatístico sobre a estabilidade de preços, evidenciando assim manutenção.

Dilma menciona entre suas promessas poder de consumo que está diretamente ligado a inflação, onde para gerar maior poder de consumo a população conclui-se que é preciso manter a inflação estabilizada. Mas também não obteve influência nos resultados dos seus anos de reeleição.

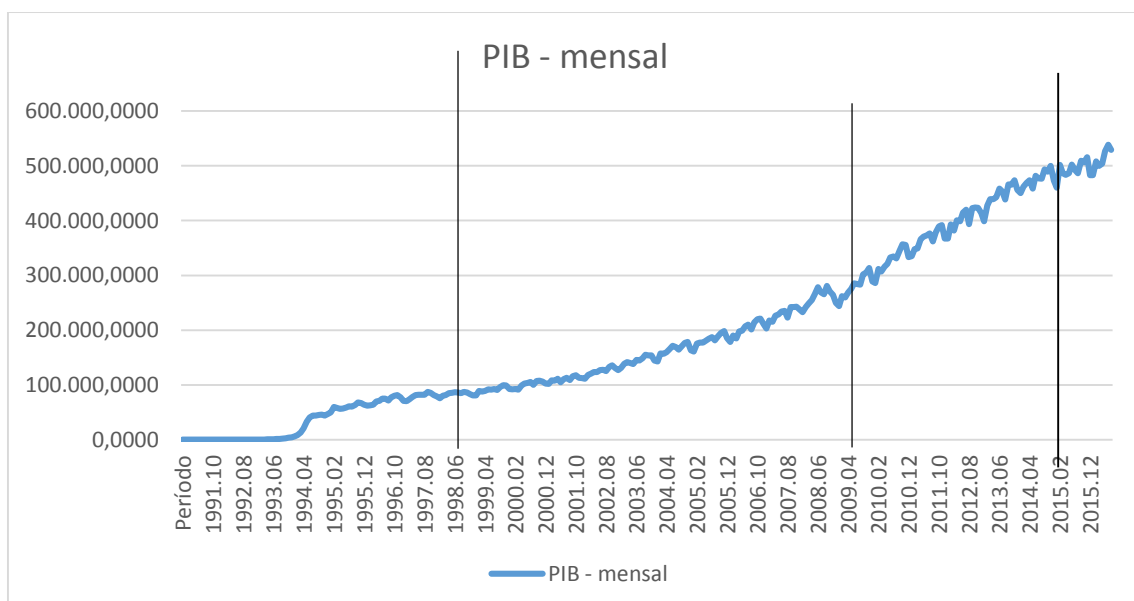
É claro nos gráficos a estabilidade nos três governos de reeleição, alguns com um pequeno crescimento mas nada exorbitante, realizando as promessas dos planos de Governo em relação a inflação.

Portanto, no caso da Inflação nenhum dos três Presidentes foram significantes estatisticamente para a variável mencionada, o que leva à conclusão de que os três presidentes reeleitos não alteraram a trajetória de estabilidade dos preços.

#### 4.2.3 CRESCIMENTO ECONÔMICO

Nessa seção são apresentados a trajetória histórica do crescimento econômico (PIB), com cortes no primeiro mês de mandato do presidente reeleito.

Gráfico 3 - Evolução histórica da taxa de crescimento econômico - Produto Interno Bruto (em milhares de R\$).



Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 3 - Modelo Autorregressivo do PIB com *dummies*

$y = PIB_t$	<i>Coefficiente</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>t-probabilidade</i>
Constante	1770,83	865,0	0,041**
$PIB_{t-1}$	0,804	0,058	0,000*
$PIB_{t-2}$	-0,218	0,069	0,001*
$PIB_{t-3}$	0,242	0,064	0,000*
$PIB_{t-4}$	-0,045	0,063	0,477
$PIB_{t-5}$	0,294	0,063	0,000*
$PIB_{t-6}$	-0,469	0,065	0,000*
$PIB_{t-7}$	0,536	0,070	0,000*
$PIB_{t-8}$	-0,135	0,060	0,026**
FHC (1999=1)	40,678	1304	0,975
LULA (2007=1)	1516,66	1887	0,422
Dilma (2015=1)	-4213,20	2264	0,063**

\*\*\*Significante a 10%; \*\* Significante a 5%; \*Significante a 1%.

Fonte: elaborado pela autora.

Muitos dos fatores que interligam as políticas públicas no país estão ligadas ao crescimento econômico, seja ele direta ou indiretamente. Ou, de forma mais ampla, pelo desenvolvimento de políticas públicas sociais, sustentáveis e econômicas, por exemplo Bolsa família que influencia na economia, pois gera renda para famílias pobres e acaba dando poder de aquisição para estas, influenciando na economia do Brasil.

Alguns partidos ou candidatos tem foco em políticas públicas voltadas para desenvolvimento econômico, outras para desenvolvimento social. O que não indica que um é excludente ao outro, um trabalha pelo desenvolvimento do outro.

Nos três planos de governo é notório as promessas de crescimento, FHC prometendo desenvolver economia de diversas maneiras, uma delas através da privatização. Nos dados apontados por ele não foi significativo para o PIB brasileiro.

Lula com a expressividade diferente, e também não significativa. O Presidente promete desenvolver o social e o econômico e assim gerar maior crescimento econômico, mas não obteve o resultado esperado em seu plano.

Por outro lado, Dilma Russef diminuiu o PIB do país como se pode perceber na tabela e no gráfico. Ao contrário de suas promessas, o crescimento econômico diminuiu na reeleição da Presidenta. As promessas de desenvolver a educação, ciência e também pequenas empresas no país são fatores que estão ligados no crescimento econômico.

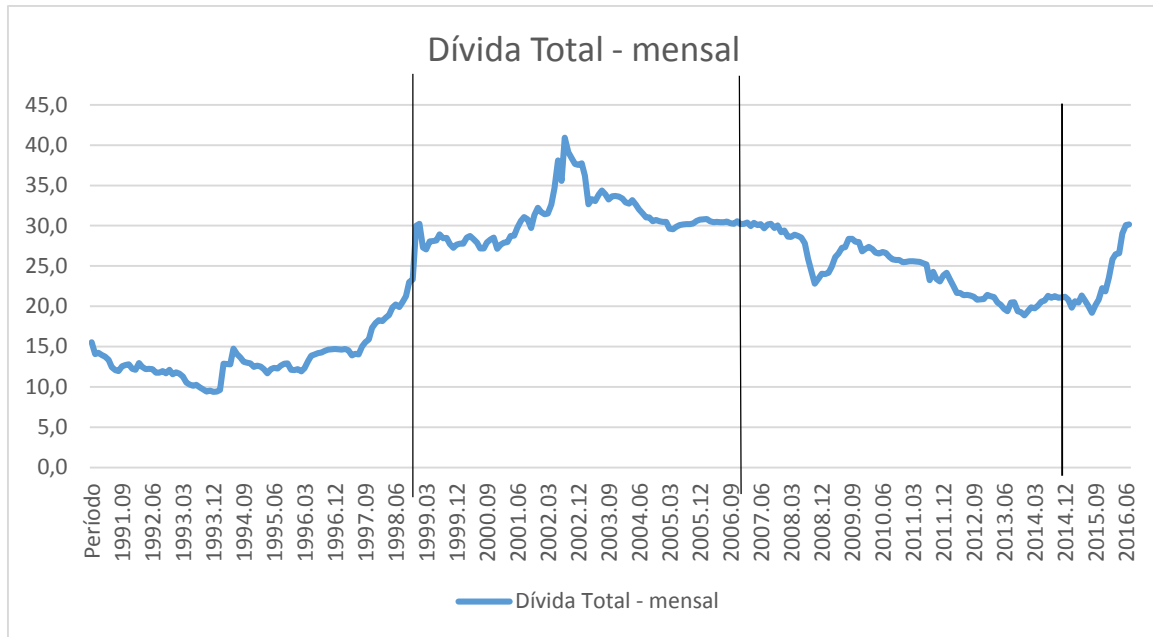
Considerando o PIB, nenhum dos três cumpriram suas promessas de aumentar o PIB no país em seu segundo mandato.

O presidente Fernando Henrique e a presidente Lula, não cumpriram com essas promessas mas não tiveram significância para a variável em questão. Dilma também promete aumentar o PIB, mas em seu segundo mandato fez com que o PIB decrescesse, dessa forma, pode-se concluir que não atingiram suas promessas de campanha, no que diz respeito ao PIB. Essa é, portanto, uma evidência do uso da assimetria de informação como estratégia de reeleição que poderia, por hipótese, ter induzido a sociedade a uma seleção adversa.

#### 4.2.4 DÍVIDA PÚBLICA

Abaixo são apresentados a trajetória histórica da dívida, com cortes no primeiro mês de mandato do presidente reeleito.

Gráfico 4 - Evolução histórica da dívida total do setor público (% do PIB)



Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 4 - Modelo Autorregressivo da Dívida Total com *dummies*

$y = \text{Dívida total}_t$	<i>Coefficiente</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>t-probabilidade</i>
Constante	0,456	0,232	0,050**
$\text{Dívida Total}_{t-1}$	0,972	0,015	0,000*
FHC (1999=1)	0,474	0,303	0,119
LULA ( 2007=1)	-0,342	0,158	0,031**
Dilma (2015=1)	0,488	0,216	0,024**

\*\*\*Significante a 10%; \*\* Significante a 5%; \*Significante a 1%.

Fonte: elaborado pela autora.

A Dívida Pública brasileira vem sendo renegociada e trabalhada por diversos Presidentes, a emissão de títulos a redução da taxa de juros, crescimento econômico são fatores chaves para reduzir a dívida.

A promessa de Fernando Henrique não era de reduzir a dívida e sim de frear seu crescimento, “pretende acabar com crescimento da dívida pública em relação ao PIB e reduzir as taxas de juros do país, que já vinha acontecendo na gestão anterior” (FHC, Plano de Governo 1998), analisa-se graficamente que sua contribuição não foi tão significativa para a redução da dívida, mas a estabilidade é notória no gráfico portanto cumpre-se com a promessa feita.



Lula se compromete com a redução das taxas de juros para que seja efetiva o decréscimo da dívida pública, e na alíse gráfica e da tabela pode-se reparar que o Presidente Populista cumpre com sua promessa reduzindo a dívida em sua reeleição. “A continuidade da redução das taxas reais de juros ajudará a diminuir mais ainda a dívida pública, ampliará o crédito às empresas produtivas e aos trabalhadores. Para que o equilíbrio econômico seja efetivo é preciso também com preços estabilizados, equilíbrio fiscal e redução da vulnerabilidade externa.” (Plano de Governo do Lula, 2004).

Dilma promete indiretamente com redução das taxas de juros, fazer com que o crescimento econômico ajude a diminuir a dívida, mas como mostra o gráfico acima, ela em seu segundo mandato aumentou a dívida pública.

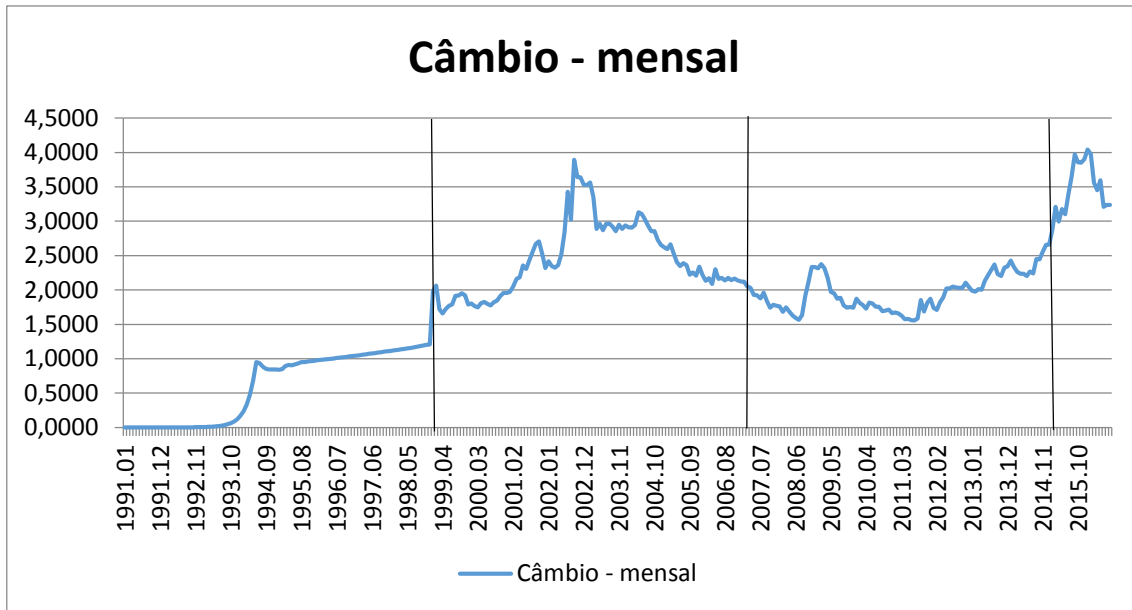
Contudo no caso de dívida pública, o presidente Lula cumpriu sua promessa de diminuir a dívida pública em seu segundo mandato. O Presidente FHC para seu segundo mandato promete instabilidade e não redução. Com isso ele também cumpriu com sua promessa, apesar de não ser significativo na redução os dados gráficos mostram que se estabilizou.

A presidenta Dilma, não cumpriu com essa promessa e, dessa forma, pode-se concluir que não atingiram suas promessas de campanha, no que diz respeito a dívida pública. Essa é, portanto, uma evidência da presença de assimetria de informação como estratégia de reeleição que poderia, por hipótese, ter induzido a sociedade a uma seleção adversa. Vale destacar, inclusive, que a presidenta Dilma, além de não diminuir a dívida pública, acabou aumentando durante seu segundo mandato.

#### 4.2.5 CÂMBIO

Abaixo são apresentados a trajetória histórica do câmbio, com cortes no primeiro mês de mandato do presidente reeleito.

Gráfico 5 - Evolução histórica da taxa de Câmbio (em R\$ por US\$)



Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 5 - Modelo Autorregressivo do Câmbio com *dummies*

$y = \text{Câmbio}_t$	<i>Coefficiente</i>	<i>Desvio Padrão</i>	<i>t-probabilidade</i>
Constante	0,048	0,016	0,003*
$\text{Câmbio}_{t-1}$	0,905	0,0577	0,000*
$\text{Câmbio}_{t-2}$	0,179	0,077	0,022**
$\text{Câmbio}_{t-3}$	-0,096	0,079	0,222
$\text{Câmbio}_{t-4}$	0,015	0,080	0,847
$\text{Câmbio}_{t-5}$	0,016	0,080	0,833
$\text{Câmbio}_{t-6}$	-0,090	0,081	0,266
$\text{Câmbio}_{t-7}$	-0,195	0,081	0,016**
$\text{Câmbio}_{t-8}$	0,211	0,060	0,000*
FHC (1999=1)	0,094	0,034	0,006*
LULA (2007=1)	-0,031	0,019	0,102
Dilma (2015=1)	0,110	0,038	0,004*

\*\*\*Significante a 10%; \*\* Significante a 5%; \*Significante a 1%.

Fonte: elaborado pela autora.

Nos Planos foram citados aumento de exportações nos três governos, alguns pretendem estreitar laços sociais com outros países e outros pretendem diminuir as taxas de juros para atrair empresas de outros países no Brasil.

“Uma de duas metas também é aumentar as exportações, não apenas com a desvalorização do câmbio mas pela rota segura da redução do “custo Brasil” e pelo aumento da produtividade, estimulando a exportação.” (plano de governo FHC, 1998).

FHC promete aumentar as exportações e realiza o que foi prometido em seu segundo mandato, fazendo com que haja um crescimento na taxa de câmbio, conseqüentemente desvalorização cambial.

Lula visa também aumentar as exportações e conseqüentemente nossa economia, "Fortalecer a política de exportações, com destaque para os produtos com valor agregado. Adotar, em setores específicos, medidas contra a concorrência predatória de produtos estrangeiros. Ampliar e reforçar os entrepostos da APEX no exterior e a Marca Brasil.” (Lula, Plano Diretor de Lula, 2004). Mas em seus 4 anos de mandato de reeleição não foram significantes para aumento notório da exportação, e conseqüentemente não houve crescimento da taxa de câmbio de forma significativa.

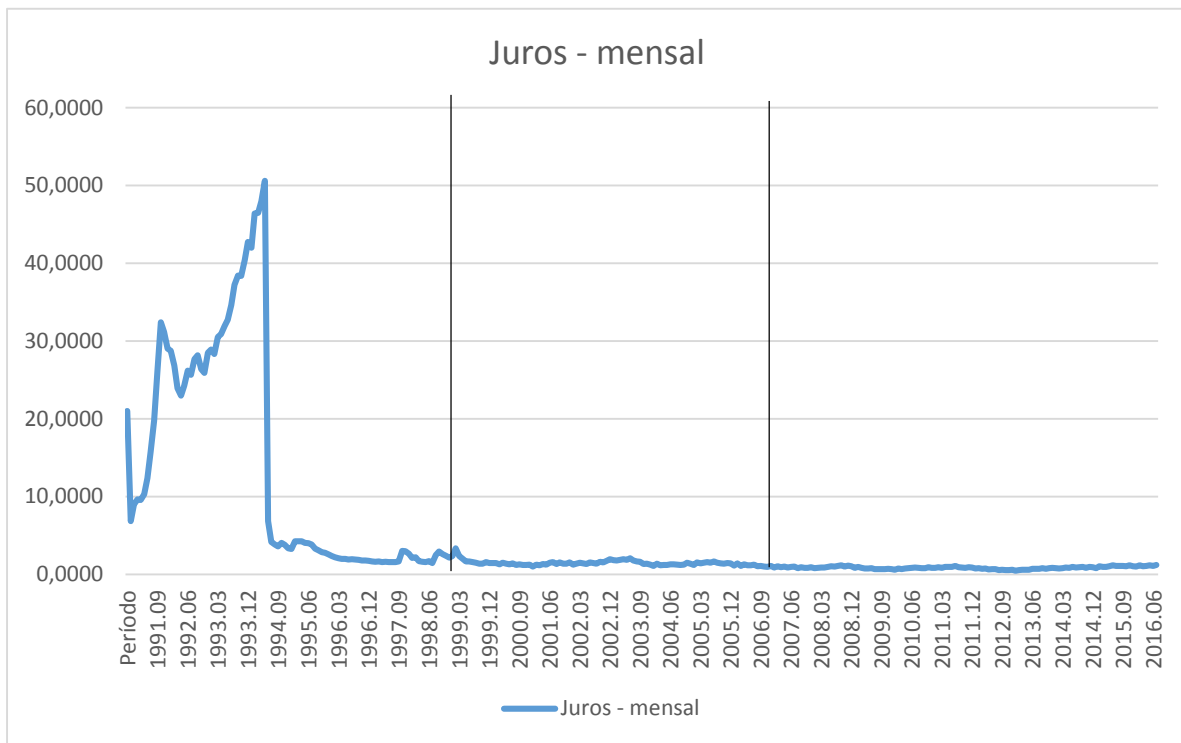
No último mandato de Dilma, seu foco é investir internamente para o crescimento do país mas também estreitar laços com outros países, mas não foca o seu plano de governo ressaltando a exportação, mas ressalta a importância e o suas promessas em desenvolvimento interno e menor quantidade de importação, prometendo aumento da taxa de cambio. Os resultados foram atingidos e Dilma conseguiu aumentar exportação e diminuir importações.

O presidente Fernando Henrique e a presidenta Dilma foram significantes e aumentaram o câmbio, gerando desvalorização da moeda e conseqüentemente aumentaram as exportações e diminuíram as importações, evidenciando que cumpriram com as suas promessas

#### 4.2.6 JUROS

Por fim, são apresentados a trajetória histórica do juros, com cortes no primeiro mês de mandato do presidente reeleito.

Gráfico 6 - Evolução histórica da taxa de juros (em % ao mês)



Fonte: elaborado pela autora.

Tabela 6 - Modelo Autorregressivo do Juros com *dummies*

$y = \text{Juros}_t$	Coefficiente	Desvio Padrão	t-probabilidade
Constante	0,572	0,389	0,143
$\text{Juros}_{t-1}$	0,945	0,019	0,000*
FHC (1999=1)	-0,505	0,464	0,277
LULA (2007=1)	-0,021	0,397	0,957
Dilma (2015=1)	0,025	0,675	0,970

\*\*\*Significante a 10%; \*\* Significante a 5%; \*Significante a 1%.

Fonte: elaborado pela autora.

Taxa de juros, diretamente ligada a inflação foi citada nos três planos de Governo, onde se comprometeram em reduzi-la. É claro na análise gráfica que nenhum dos três Governos tiveram alterações exorbitantes nas taxas de juros, na qual fizeram com que nenhum fosse significativo nos anos de reeleição. Portanto as promessas não foram realizadas como previsto nos planos.

As análises feitas em cima das promessas e avaliação gráfica foram também concluídas de políticas públicas que não estão ligadas diretamente a vertente citada mas que influenciam no resultado.

Deste modo, no caso de juro, nenhum dos presidentes tiveram significância nos dados analisados. Portanto não realizaram suas promessas de diminuir os juro em seu segundo mandato. Dessa forma, pode-se concluir que não atingiram suas promessas de campanha.

A conclusão foi que todos os três candidatos prometem não romper com o crescimento do mandato anterior e prometem seguir a linha de desenvolvimento do seu primeiro governo. Portanto a discrepância das promessas e resultados mostram que existe sim assimetria de informação no Governo de reeleição do país, onde o rendimento de um mandato para o outro é baixo visto que as promessas não foram cumpridas.

Essa é, portanto, uma evidência do uso da assimetria de informação como estratégia de reeleição que poderia, por hipótese, ter induzido a sociedade a uma seleção adversa.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da temática de presença, ou não, de assimetria de informações em processos de reeleição no Brasil, permitiu articular informações com as análises dos três Governos de reeleição no Brasil, em busca dos objetivos de contribuir para a política no Brasil.

Para o trabalho foram levantado dados governamentais desde 1990 até início de 2016, analisando os índices de desemprego, inflação, PIB, dívida pública, câmbio e Juros. Essas análises tiveram o objetivo de verificar se as promessas para reeleição são de fato cumpridas ou são apenas promessas para se atingir o objetivo que é a reeleição. Se realmente ocorre assimetria de informações e, por consequência, seleção adversa entre os candidatos à reeleição e os eleitores nas eleições brasileiras.

A possibilidade de a informação assimétrica estar presente, pode induzir a sociedade a uma seleção adversa. Um exemplo levantado no trabalho, é quando um político promete o que não pode cumprir, sabendo da sua situação fiscal, econômica e social. Mas quem compra a ideia ou vota por exemplo não possui as mesmas informações.

Muitos eleitores brasileiros acreditam que a reeleição é uma ferramenta política que prejudica o Brasil, e nas análises realizadas com dados estatísticos pode encontrar que, no caso em alguns casos, pode ter havido a assimetria de informações que poderia, por hipótese ter levado à seleção adversa.

Em particular, vale destacar que na reeleição da presidenta Dilma, alguns fatos foram contrários ao prometido e apresentado em campanha de reeleição. Em destaque, o desemprego, o crescimento econômico e a dívida pública, seguiram trajetória contrário ao prometido e apresentado em campanha. Nesse caso pode-se, portanto, considerar evidências de assimetria de informações com possibilidade de seleção adversa.

Nos outros casos, FHC e Lula, não foi possível encontrar evidências de assimetria de informações. No caso do FHC, pode-se discutir que, apesar de não desenhar uma trajetória contrária ao prometido, não consegue também realizar políticas efetivas de desenvolvimento, a partir das variáveis em análise.

Em destaque, o presidente Lula, por sua vez, consegue apresentar significância estatística para trajetórias positivas, e no sentido das promessas para: emprego e dívida.

Portanto, apesar da reeleição no Brasil ser, eventualmente, questionada, não foi possível encontrar evidências robustas de presença de assimetria de informações e seleção adversa no Brasil. Nos três casos estudados, apenas a reeleição da presidenta Dilma permite evidências nesse sentido.

De qualquer forma, sugere-se que a fiscalização e a transparência devam ser maiores evitando que aconteça assimetria de informação em cenários políticos. As informações políticas e de transparência é direito do cidadão para que saibam mensurar e analisar se as promessas são cabíveis ou não para o próximo Governo. Política Públicas se ensinadas aos jovens, faz com que estes tenham conhecimento para analisar quais os gargalos do país e como podem ser melhorados.

Conclui-se que os resultados da pesquisa não são suficientes para verificar a presença ou não de seleção adversa no Brasil, necessitando de um pesquisa com fundação macroeconômica, com expectativas e formação de escolha do eleitor, para que assim possam existir maior número de dados econômicos para estudo de assimetria de informação em sistema de reeleição.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima. **Reforma Política no Brasil**. Agosto. 2016
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Portal Virtual Bacen**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/home> >
- BRAMBOR, Thomas; CENEVIVA, Ricardo. **Reeleição e continuidade nos municípios brasileiros**. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002012000200002&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002012000200002&script=sci_arttext)>.
- COOPER, Donald R; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003. 640 p.
- ENDERS, W. *Applied Econometric Time Series*. Nova York: John Wiley and Sons, 2004.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Portal Virtual. **Plano de Governo Lula 2004**. Disponível em: <[http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa\\_de\\_governo\\_2007-2010.pdf](http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/Programa_de_governo_2007-2010.pdf)>
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Portal Virtual IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA. **Portal Virtual IPEA**. Desenvolvido por Creative Commons Atribuição 2.5 Brasil. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/portal/>>.
- MANKIW, Gregory, Introdução a Economia, Ed Norte Americana Cengage.
- MENEGUIN, Fernanda; BUGARIN, Mauricio, CARVALHO, Alexandre. IPEA, Instituto de 2005.
- NICOLAU, Jairo; SCHMITT, Rogério. **Sistema Eleitoral e Sistema Partidário**. 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n36/a08n36>>
- PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA. Portal Virtual PSDB. **Plano de Governo FHC 1998**. Disponível em: < <http://www.psdb.org.br/z-outros/eleicoes-biblioteca/plano-de-governo-fhc-%E2%80%9399-02/>>
- PARTIDO DOS TRABALHORES. Portal Virtual PT. **Plano de Governo Dilma 2014**. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/wp-content/uploads/2014/07/Prog-de-Governo-Dilma-2014-INTERNET1.pdf> >
- PINDYCK, Robert; RUBINFELD Daniel. **Microeconomia**. Ed São Paulo Pearson, 2007
- SOUZA, Maria da Conceição Sampaio; VERSANI, Flávio Rabelo; TANNURI, Maria Eduarda. **Economia Pública Brasileira**. ESAF, 2010 - 620 páginas
- TORRES, Damiana. Sistemas Eleitorais Brasileiros. **Revista Eletrônica da EJE**. ano V, n. 5, Agosto/Setembro. 2015. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/institucional/escola-judiciaria-eleitoral/revistas-da-eje/artigos/revista-eletronica-eje-n.-4-ano-4/sistemas-eleitorais-brasileiros>>



TRE-MG Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Biblioteca Virtual - **Sistemas Eleitorais**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tre-mg-sistemas-eleitorais>>

CARDOSO, Fernando Henrique. **Revista econômica política, Vol 15 n.4** - Outubro/Novembro 1995. Desenvolvimento: O mais político dos temas econômicos. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/60-11.pdf>>

Portal Brasil – Governo. Biblioteca virtual: **Processo eleitoral Brasileiro** 30/08/2010. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/09/processo-eleitoral>>

WELLE, Deutsche – **Biblioteca virtual: Legislação eleitoral. Carta Capital** 04/04/2017 Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-os-principais-pontos-da-reforma-politica>>